

Moção A

TEMPO NOVO

MOÇÃO AO CONGRESSO DO PPD/PSD
COMISSÃO POLITICA NACIONAL

1º SUBSCRITOR – PEDRO MIGUEL DE SANTANA LOPES

I. Introdução

II. Enquadramento geral

III. Novas exigências

IV. O novo desafio

V. Os novos instrumentos

- Portugal mais qualificado
- Portugal mais inovador
- Portugal mais ecológico
- Portugal mais competitivo
- Portugal mais justo e solidário
- Portugal mais europeu, Portugal mais atlântico

VI. Estratégia política

VII. Conclusões

I. INTRODUÇÃO

Há seis meses, quando realizámos o Congresso de Oliveira de Azeméis, era impossível prever o que se ia passar. Não vale a pena estar a repetir os factos que estão na base da convocação deste congresso de Barcelos. Escolhemos esta cidade como a forma de homenagear Francisco Sá Carneiro, originário também dessa terra tão marcadamente portuguesa. Francisco Sá Carneiro completaria setenta anos neste ano de 2004 a 19 de Julho, data do seu aniversário e de uma importante vitória eleitoral PPD/PSD em 1987. Os factos parecem não estar relacionados mas estão. Cada uma dessas datas e aquilo que nelas sucedeu tem um significado profundo e diz-nos respeito a todos enquanto família Social Democrata.

O nosso partido viveu sempre os momentos de maior glória nas circunstâncias de maior combate. As nossas maiores vitórias foram sempre alcançadas quando mais atacados fomos. Estamos num tempo novo para Portugal, um tempo novo que exige que saibamos continuar o trabalho feito por quem nos antecedeu, mas que exige sobretudo que tenhamos a lucidez, a serenidade, a sensatez e a coragem de definir um rumo claro. Francisco Sá Carneiro ensinou-nos isso: a importância da definição do projecto, a relevância da estratégia, a clareza e a frontalidade. Ensinou-nos a força e que só com convicções é possível ser sólido e ser determinado.

O PPD/PSD nunca foi um partido de se acomodar e, principalmente, nunca foi um partido de ceder perante situações com as quais não concorda ou que põem em causa aquelas que entende deverem ser as regras de funcionamento de um estado democrático de direito. Sempre entendemos que o poder só vale a pena se for para cumprir um projecto em que acreditamos. O nosso projecto, o projecto que nos motiva é o de colocar Portugal nos lugares cimeiros da Europa, até 2010, na primeira metade entre os 25 da União Europeia.

Nos anos 60 do século passado o nosso rendimento médio era cerca de 40% do rendimento médio dos países que integravam então a Comunidade Europeia. Nos anos 80 passou para cerca de 55% e hoje em dia estamos em cerca de 70%. Temos progredido de forma notável e não é junto de nós que aqueles que gostam de se alimentar do pessimismo para viver o seu dia a dia podem vir a encontrar qualquer forma de solidariedade. Acreditamos que agora é chegada a hora de olhar, sobretudo, para a qualidade, a qualificação dos recursos, a procura de mais saber, a inovação, enfim para aquilo que nos pode tornar especialmente competitivos dentro daquelas que são as nossas características, dos que são os nossos recursos, do que são as nossas possibilidades. O PPD/PSD existe para servir Portugal, existe por causa de Portugal, e é por causa de Portugal que queremos continuar a trabalhar. Com um partido genuinamente português recusamo-nos a qualquer cedência da nossa intransigência de sermos livres, pensarmos pela nossa própria cabeça e de sermos genuinamente portugueses. Mas também genuinamente europeus e muito genuinamente membros da comunidade dos países que se exprimem oficialmente em língua portuguesa.

O PPD/PSD, neste seu 26º Congresso, quer dizer a Portugal, à Europa e ao mundo que continua a ser fiel a si próprio. Fiel a quem o fundou, respeitando os seus maiores, orgulhando-se da sua história, incluindo a mais recente traduzida na escolha

do seu anterior Presidente, Durão Barroso, para dirigir a Comissão Europeia, e com pleno sentido de responsabilidade em relação ao presente e ao futuro da nossa Pátria.

O PPD/PSD quer construir um tempo novo. É difícil, mas não receamos essa missão. O que importa é fazer bem e o que temos a fazer neste momento é governar Portugal

II. ENQUADRAMENTO GERAL

Os últimos 30 anos

É inequívoco que Portugal soube vencer os principais desafios que se lhe colocaram nos últimos trinta anos.

Durante este período, o País conseguiu:

- Condições de desenvolvimento social e de progresso económico, em termos de convergência nominal e real;
- Forte recuperação em termos de escolarização que incidiu sobretudo nos grupos etários em idade escolar;
- Alterações profundas na estrutura produtiva;
- Modernização do sector de serviços e afirmação de um pólo dinâmico na indústria transformadora;
- Evolução da “cadeia de valor” de algumas indústrias tradicionais, fortemente exportadoras;
- Intenso esforço de realização de obras públicas e de construção de habitação;
- Efectivo progresso nas acessibilidades;
- Acréscimo das dotações em infra-estruturas e equipamentos colectivos.

Nos últimos trinta anos, os portugueses evidenciaram uma boa **capacidade de adaptação às mudanças**, contribuindo para que Portugal seja uma das economias da União Europeia que mais **esforços de modernização e de crescimento** tem vindo a fazer no sentido de se ajustar aos níveis médios de riqueza comunitários.

Um projecto político coerente nos propósitos e coerente na acção.

Depois de uma fase de desaceleração económica que teve início em 2001, assiste-se agora a **uma recuperação** da actividade e a uma melhoria do clima na globalidade dos sectores da economia.

Foi num ambiente de grave crise internacional que Portugal, de forma corajosa e absolutamente determinada, conseguiu, entre 2002 e 2004, **sanear as contas públicas, o que é tanto mais meritório** quanto é sabido que em momentos de abrandamento do crescimento é um trabalho de acrescida

dificuldade.

O País percebeu que não seria mais possível manter o despesismo e o facilitismo e, dessa forma, continuar a alimentar o descalabro das contas públicas.

Num enorme esforço colectivo, com base numa linguagem de verdade, rigor e exigência, conseguimos inverter o caminho e hoje tornam-se progressivamente visíveis reais indicadores de retoma.

Portugal deixou de figurar na lista de Estados em défice excessivo em Maio de 2004.

Paralelamente, tem vindo a assistir-se a um aumento do número de Estados Membros da União Europeia que regista um défice público próximo ou acima do valor de referência de 3% do PIB.

Portugal tem razões para estar satisfeito, na medida em que **demonstrou ser uma das escassas excepções à generalizada deterioração das finanças públicas na União Europeia e, por isso, fomos reconhecidos pelas mais altas instâncias internacionais.**

A estabilização das finanças públicas nos últimos dois anos constituiu-se pois como um dos pilares essenciais ao desenvolvimento do país, com a qual todos, sem excepção, nos devemos congratular. E, a par da determinação de levar a cabo um conjunto alargado de indispensáveis reformas estruturais, assumiu-se como um dos elementos estruturantes do projecto político da actual maioria.

A mudança de governo, determinada por razões de excepcional interesse nacional, em nada alterou os pressupostos básicos desse projecto. Continuidade nos objectivos e nas políticas é, assim, a ideia central que conduz a actuação do executivo liderado pelo PPD/PSD.

A mais clara demonstração desse facto é, inquestionavelmente, a proposta de Orçamento de Estado para 2005. Assim, se por um lado se mantém inalterável a preocupação de assegurar o rigor nas contas públicas, por outro é dado corpo aos compromissos que vinham sendo assumidos: o aumento dos salários da função pública, a continuação do esforço de convergências das pensões ou o desagramento dos impostos sobre as pessoas singulares.

O mesmo se deve dizer a propósito da determinação reformista, que em nada esmoreceu. Veja-se, por exemplo, o que já foi feito em matéria de arrendamento urbano, com a preparação de um conjunto vastíssimo de medidas que visam corrigir as distorções graves que anos de inércia geraram e criar as condições para assegurar o efectivo direito a uma habitação condigna, para defender os interesses legítimos de senhorios e inquilinos e para promover a recuperação dos centros históricos das nossas principais cidades. Ou, ainda, a proposta de conclusão de um pacto no domínio da justiça – e o reforço dos investimentos nesta área previstos no orçamento para o próximo ano –, que é o reconhecimento de que governar implica decidir e levar a cabo um conjunto alargado e coerente de medidas numa área essencial tanto para a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos quanto para a promoção da eficiência da nossa economia.

A capacidade e a firmeza do actual governo para manter o rumo traçado fica ainda patente na recusa do facilitismo e na coragem para tomar medidas de grande dificuldade e exigência. O caso mais paradigmático é, sem dúvida, o das SCUT's. E, assim, à irresponsabilidade dos governos socialistas, que conceberam um modelo financeiramente ruinoso e que empurrava para as gerações futuras a iníqua assunção de encargos extremamente volumosos, o actual executivo contrapõe a aplicação, plenamente justificada, do princípio do utilizador-pagador, muito mais racional no plano económico e muito mais justo no domínio social.

Mas, temos a clara noção de que o acerto das políticas públicas é condição necessária mas não suficiente para o sucesso do projecto que temos para Portugal. As tarefas do futuro exigem portanto o empenho de todos.

Desde logo, dos empresários, a quem se pede um esforço renovado de modernização e de inovação, na busca de novos mercados e na competição num mundo cada vez mais globalizado. Mas também dos trabalhadores, de quem se espera que sejam igualmente capazes de responder aos novos desafios e que contribuam, de uma forma activa, para uma economia cada vez mais competitiva.

E é justamente por entendermos que se trata de uma tarefa colectiva que valorizamos particularmente o papel central da concertação social na definição e na aplicação das soluções que melhor assegurem ao nosso País um crescimento sustentado.

III. NOVAS EXIGÊNCIAS

A recuperação já se começa a fazer sentir no plano macro-económico (com os níveis de exportações e de confiança a aumentar) e, estamos certos, em breve, no orçamento das famílias.

Essa é a razão pela qual o Orçamento de Estado para 2005 prevê a introdução de medidas que, não atentando contra o objectivo de redução da despesa pública, promovem a melhoria do bem-estar social dos Portugueses.

A nossa vontade de compensar os sacrifícios que os Portugueses têm vindo a fazer, sem abandonar o esforço de consolidação das finanças públicas, tem tradução na proposta de Orçamento, a qual prevê a redução das taxas do IRS, o aumento dos salários da função pública e o aumento das pensões.

Vamos entrar numa **nova fase. A fase de consolidação da recuperação, a fase do crescimento, a fase do reforço da competitividade do País.**

Tendo em conta os desafios que se nos colocam em consequência, entre outros, da nova dinâmica da economia internacional, resulta evidente a urgência em adaptar a nossa economia ao novo paradigma de crescimento mundial das economias baseadas no conhecimento, designadamente, através:

- Do reforço das competências dos nossos recursos;
- Da criação de condições para a fixação de talentos nas estruturas produtivas e científicas nacionais;
- Da aposta numa nova carteira de actividades em que Portugal se possa impor como país produtor e inovador.

Estes são instrumentos imprescindíveis à criação de uma nova dinâmica de emprego e de protecção social.

O CONTEXTO ACTUAL

Importa conhecer a realidade para melhor escolher os instrumentos de actuação.

Vivemos um contexto de desafios complexos marcados por uma inevitável e progressiva liberalização do comércio internacional;

- Pela crescente generalização dos efeitos da globalização nas economias nacionais;
- Pela iminência de uma nova arquitectura institucional comunitária e alargamento das fronteiras europeias;
- Pela deslocação progressiva, especialmente dentro da Comunidade, da ponderação atribuída à coesão para a competitividade.

As perspectivas actuais apontam para uma aceleração do ritmo de crescimento económico na União Europeia já a partir do próximo ano.

Apesar da subida do preço do petróleo constituir um factor de risco sobre a actividade económica mundial, as perspectivas positivas sobre os próximos anos mantêm-se.

As perspectivas para Portugal, depois da confirmação da retoma são, claramente, acelerar a actividade económica e assegurar um crescimento efectivo nos próximos anos.

No horizonte de 2020, Portugal será confrontado com tendências “pesadas” de evolução da economia mundial, nomeadamente a **inovação e a difusão de tecnologias**.

Estas serão duas das grandes Forças Motrizes do enquadramento internacional, colocando toda a pressão no sentido de **gerar competências que as utilizem e as desenvolvam**.

Estas tecnologias vão estar associadas ao crescimento rápido de um conjunto de actividades e sectores organizados à escala global.

Portugal quanto mais cedo e com mais profundidade participar no desenvolvimento e difusão destas tecnologias mais crescerá.

Para isso, **teremos de nos organizar em torno de actividades baseadas no conhecimento** e teremos de contornar os impactes que decorrerão - tanto a nível da dinâmica da procura como a nível das disponibilidades das competências adquiridas para participar na referida “sociedade do conhecimento” - da actual evolução demográfica.

Em simultâneo, a dinâmica da globalização e do alargamento da União Europeia estão a forçar um ajustamento estrutural de grandes proporções que atinge os sectores mais intensivos da economia.

A economia mundial depara-se com riscos ambientais de múltipla natureza, de entre os quais se destaca a mudança global em curso, associada ao complexo processo das alterações climáticas, que desencadearam um movimento à escala global no sentido de conter as emissões de gases com efeito de estufa que cada vez mais se considera serem o seu factor gerador determinante.

Participamos e participaremos no compromisso internacional para combater os factores humanos que contribuem para este “fenómeno” de elevado risco.

A Globalização ao serviço do Desenvolvimento Sustentável

A Globalização – enquanto modelo de integração do capital, da tecnologia e da informação para lá das fronteiras nacionais, criando um mercado global e único - **contribuiu para a consolidação e aceleração do modelo de bem-estar social dos países desenvolvidos**.

Seria inconsciente não assumir que **essa mesma Globalização não foi ainda capaz de resolver** (antes, agravou em termos de intensidade e de diversidade) **a dupla ruptura social e ambiental** que afecta o equilíbrio e a estabilidade do Planeta.

É, assim, urgente **quebrar o ciclo de pobreza nos países em vias de desenvolvimento**.

Não é aceitável a exaltação, a Norte, de modelos de desenvolvimento económico intensivo esquecendo que no hemisfério Sul:

- mais de 1000 milhões de pessoas não têm acesso a água potável e 2.400 milhões a saneamento básico
- mais de 2000 milhões de pessoas não têm acesso a energia eléctrica
- mais de 1000 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza extrema, mais de 3000 milhões vivem com menos de um euro por dia, sendo que 20% dos habitantes representam 86% do consumo mundial e 1% da população mundial detém 57% da riqueza total do planeta.

Para o PPD/PSD é fundamental **enfrentar com determinação os sinais de insustentabilidade ambiental que comprometem a qualidade de vida das gerações futuras**.

Portugal tem tudo a ganhar se nesta matéria assumir a Globalização como uma oportunidade.

O PPD/PSD defende que Portugal tem de assumir um papel central no diálogo atlântico, lusófono e europeu.

Poucos Estados estão, como Portugal, tão vocacionados para o diálogo entre países em vias de desenvolvimento e países desenvolvidos.

Importa, pois, gerar um modelo de “desenvolvimento que permita alcançar as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de alcançarem as suas próprias necessidades”. Nesse sentido e com determinação iremos, no limite da nossa capacidade de intervenção:

- **Impulsionar o “greening” da economia e a responsabilidade social das empresas, em torno de instrumentos globais que** internalizem, na economia, os verdadeiros custos das externalidades ambientais. Para que produzir verde seja um factor de competitividade e não de prejuízo, para que seja um direito e não um luxo.

- **Redesenhar os modelos de governação internacional, datada do pós-Segunda Guerra Mundial,** com base em novos instrumentos e na reforma de algumas das instituições existentes – como a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas – dotando-as de maior adequação ao objectivo do desenvolvimento sustentável e da necessidade de resposta global e a problemas igualmente globais.

- **Concretizar a declaração do Milénio, o plano de implementação de** Joanesburgo e a Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável.

IV. O NOVO DESAFIO

PROMOVER O Crescimento Sustentável E Garantir o futuro das novas Gerações NUM COMPROMISSO entre solidariedade e competitividade

A posição de Portugal nos próximos vinte anos dependerá da nossa capacidade de adaptação às grandes tendências que atravessam o período e que se irão prolongar certamente após 2020.

Tendo sempre em vista a necessidade de ser flexível na organização social sem comprometer a coesão, **Portugal tem de reforçar a sintonia com a dinâmica do comércio internacional, de fixar talentos e qualificar os recursos humanos.**

É essencial reforçar as competências dos nossos recursos internos de modo a satisfazer o esforço de investimento necessário à adaptação da nossa economia ao novo paradigma de crescimento mundial das Economias baseadas no Conhecimento e na Inovação.

O facto de Portugal ser uma pequena economia aberta aponta para que a dinâmica de crescimento, coesão e protecção ambiental dependam muito da “**carteira de actividades**” em que o País se consiga impor como produtor competitivo e inovador.

A obtenção de um crescimento mais elevado requer uma forte aposta no investimento privado, nacional e estrangeiro e na diversificação da oferta de bens e serviços internacionalmente transaccionáveis - que irão beneficiar de forte procura nas próximas décadas.

Neste novo desafio, Portugal não pode desviar-se do processo de consolidação orçamental, e quaisquer que sejam as opções escolhidas, não deverá desvirtuar aquela que acreditamos ser uma das principais responsabilidades do Estado: garantir a solidariedade social.

Portugal tem que se concentrar na criação de uma nova dinâmica sectorial que privilegie o reforço dos sectores mais vocacionados para o mercado externo e aposte num modelo de crescimento económico orientado para sectores de capital e produtividade intensivos.

Agora que está esgotado o modelo de atracção de investimento estrangeiro baseado no baixo custo do factor mão-de-obra, Portugal tem que aprender e conseguir atrair novo investimento estrangeiro de qualidade baseado na qualificação da sua mão-de-obra.

Só uma nova geração de políticas poderá alavancar a nossa competitividade no quadro do desenvolvimento sustentável, com base nos nossos recursos e nas nossas capacidades e não só no conforto dos fundos comunitários, de horizonte temporal forçosamente limitado.

Uma nova geração de políticas que permita, igualmente, promover uma efectiva coesão territorial esbatendo progressivamente as disparidades de condições de vida que ainda hoje tantas vezes se registam entre os portugueses do litoral, do interior, do continente e das regiões autónomas.

Os Portugueses têm razões objectivas e subjectivas para acreditar e confiar na sua vontade colectiva de, nos próximos anos, fazer o País assumir este novo desafio de crescimento indispensável à prosperidade e ao bem-estar de todos.

V. OS NOVOS INSTRUMENTOS

1. PORTUGAL MAIS QUALIFICADO

A. Apostamos na elevação do nível de qualificações e habilitações da população.

O horizonte da próxima década vai certamente ser marcado por uma competição pelas qualificações.

Portugal tem que definir e concretizar uma estratégia de qualificação dos recursos humanos.

A modernização tecnológica das empresas e dos processos, na sociedade do conhecimento, vai exigir um limiar mínimo de literacia, superior ao que tem sido exigido à generalidade da população activa.

O desempenho dos sistemas de ensino básico e superior tem de ser mais eficaz, de forma a que possa responder quer às necessidades de quem optar por prosseguir estudos no ensino superior, quer às de quem seguir, de imediato, por uma inserção no mercado de trabalho e deseje ter uma formação complementar e direccionada que facilite essa inserção.

Os cursos de índole tecnológica e de índole artística devem constituir uma área a privilegiar.

A qualificação de recursos humanos mais direccionada para a inserção ou para o reposicionamento no mercado de trabalho, tendo que responder às necessidades de sectores e empresas já existentes, deverá incorporar uma vertente cada vez mais significativa de formação para novas actividades, nomeadamente para as que estiverem associadas à atracção de Investimento directo estrangeiro.

É, pois, absolutamente fundamental:

- Melhorar a qualidade em todos os níveis de ensino, desde a educação pré-escolar, passando pela criação de novas oportunidades educativas para adultos, pelo aumento e melhoria da acção escolar;
- Elevar as taxas de escolarização;
- Atribuir uma elevada prioridade ao desenvolvimento do ensino tecnológico e profissional;
- Combater o abandono escolar e melhorar o aproveitamento em disciplinas como a matemática e a língua portuguesa

Nos domínios da **educação e da investigação científica**, as carências de Portugal, face à média da UE, são em grande medida as mesmas de que padece a UE face aos Estados Unidos.

Não obstante os progressos verificados nos últimos dois anos, fruto das políticas levadas a cabo pelo Governo liderado pelo PPD/PSD, Portugal ainda revela fragilidades, nomeadamente no investimento em I&D, em especial o privado, e uma evidente desadequação entre a oferta e a procura ao nível das qualificações.

O PPD/PSD quer, cada vez mais, uma sociedade estruturada no conhecimento.

Portugal tem que promover a **Qualidade e a Excelência** como via estruturante de consolidação do sistema:

- Avaliando alunos, professores e instituições;
- Criando um ambiente competitivo entre instituições;
- Reforçando a autonomia mas também a responsabilização das instituições e seus titulares;
- Garantindo, por via dos instrumentos de acção social, a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar a todos os estudantes;

Ao nível do **Ensino Básico e Secundário**, estamos apostados em:

- Desenvolver e aplicar o Plano Nacional de Combate ao **Abandono Escolar**;
- Consagrar o **alargamento da escolaridade obrigatória** para 12 anos;
- Criar uma rede de **cursos de especialização tecnológica**;
- Aumentar o domínio e a cultura científica nas áreas da **Matemática e da Física**.

No que respeita ao **Ensino Superior** há que reconhecer o esforço e o êxito dos últimos 30 anos no processo de democratização no acesso à educação – mais escolas, mais vagas, mais professores, coexistência dos sistemas público, particular, cooperativo e concordatário – e encarar de frente uma **nova geração de desafios**:

- Elevar significativamente os níveis de qualificação e formação da população portuguesa;
- Esbater as assimetrias ainda existentes no país ao nível da qualidade de ensino;
- Corrigir a frequente desadequação entre o tipo de formação e as necessidades do mercado de trabalho (num momento em que, por um lado, as licenciaturas não são garantia de emprego e, por outro, teremos de estar preparados para desempenhar várias profissões ao longo da vida);
- Convergir com os desafios de qualificação relacionados com a nossa integração europeia – desde logo, aqueles que constam da Estratégia de Lisboa.

Num momento em que se assiste, por razões demográficas, a uma forte quebra na procura, é determinante, tanto por razões de qualidade, como por razões de mobilidade e de competitividade do sistema, desenvolver atempadamente o **Processo de Bolonha e o Espaço Europeu de Ensino**, isto, através:

- Da organização curricular do ensino em dois ciclos, baseada num sistema de créditos (ECTS);
- Da definição de um sistema de avaliação e acreditação.

A estruturação do Espaço Europeu de Ensino contribuirá para a mobilidade dos jovens portugueses, assim como para a captação de novos públicos por parte das Universidades e Politécnicos portugueses.

Por outro lado, é fundamental **prosseguir o alargamento da oferta nos cursos da área da Saúde**, com natural incidência na Medicina, de modo a compensar a saída do sistema dos médicos que se licenciaram no início da década de 70 e **aumentar, em 15%, até 2010, o número de diplomados em Ciências e Tecnologia**.

É também tempo de **racionalizar a rede de**

estabelecimentos de ensino superior.

Existem hoje, em Portugal, num momento em que a procura está a diminuir resultante de razões demográficas, mais de 300 unidades de ensino superior (Escolas ou Faculdades) e mais de 1600 licenciaturas.

Mas é igualmente necessário que às Leis do Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior e do Financiamento do Ensino Superior aprovadas nos últimos dois anos, se siga uma verdadeira reforma do **Sistema de Acção Social Escolar**.

O financiamento das Instituições, sendo uma obrigação assumida essencialmente pelo Estado, não poderá deixar de envolver, a um nível substancialmente inferior, a responsabilização dos próprios estudantes, através do pagamento de propinas.

Ao sistema de acção social tem competido garantir que nenhum estudante deixe de frequentar o ensino superior por razões materiais.

Mas há que ir mais longe, promovendo uma Reforma do Sistema de Acção Social Escolar:

- Que alargue o âmbito dessa política aos domínios da formação integral, da cidadania, da cultura científica e humanista e do desporto;
- Que promova o acesso, por todos, a serviços de qualidade e discriminando positivamente os alunos com menores recursos materiais.

2. PORTUGAL MAIS INOVADOR

A. Queremos generalizar o acesso à Sociedade do Conhecimento

Neste tempo, em que os recursos materiais, o capital e a mão-de-obra intensivos estão a ser progressivamente substituídos pela economia do conhecimento e da informação, é crucial generalizar o acesso e a utilização das tecnologias de informação e comunicação a todos os portugueses:

- Alargando o acesso por Banda Larga a todos os lares, na Administração Pública, às empresas e às escolas;
- Desenvolvendo conteúdos em língua portuguesa;
- Expandindo o modelo de negócio electrónico e a sua utilização pelos agentes económicos.

Portugal tem de fazer do esforço de sustentabilidade uma oportunidade de crescimento de actividades geradoras de emprego e de inovação.

Os portugueses já se revelaram disponíveis e motivados para rapidamente se tornarem utilizadores das Tecnologias da informação, nos mais variados campos da sua aplicação.

Devemos apostar na consolidação de pólos de I&D de qualidade internacional em áreas que podem ser úteis, já no

curto e médio prazo, para apoiarem diversificação de actividades – robótica e automação, tecnologias informação e telecomunicações, ciências da saúde; biotecnologia e química fina, polímeros, física tecnológica e instrumentação e energia.

Temos que nos empenhar no lançamento de um conjunto inovador e mobilizador de iniciativas para a Sociedade de Informação, desde os *campus* virtuais, à *internet* nas escolas, à biblioteca do conhecimento *on line*, ao governo electrónico, às cidades digitais.

B. Importa ter sentido estratégico na Investigação, Desenvolvimento e Inovação

O nosso défice nos domínios da investigação e desenvolvimento não se resolvem com voluntarismo nas opções, informalidade na gestão, concepções estatísticas e assistencialistas, no financiamento e propagação.

A nossa via é a do sentido estratégico.

Queremos horizontalizar a Ciência de modo a promover, integradamente, o Desenvolvimento Sustentável, a competitividade e a cultura científica.

Queremos promover o emprego científico e criar oportunidades de negócio baseadas na investigação científica e tecnológica.

Queremos promover a investigação fundamental e aí abrir novas avenidas do conhecimento.

Queremos internacionalizar o nosso sistema C&T e participar nas redes de investigação.

Defendemos uma **política de financiamento ao sistema científico e tecnológico** que, visando o cumprimento da meta de 3% do PIB de investimento na área da Ciência (1% público, 2% privado), estabelecida na Estratégia de Lisboa, se estruture em 3 eixos:

- **Consolidação do investimento público.** Em 2004, aumentaram as dotações públicas, decorrentes do financiamento comunitário, para a área da Ciência e Conhecimento através da reprogramação intercalar;
- **Reforço do investimento privado.** É ao nível do investimento privado que nos encontramos mais afastados da meta de Lisboa. Apenas 0,2% do PIB investido em Ciência, face a uma meta de 2%;
- **Conferir eficácia ao financiamento tanto público como privado.** Este é o nó górdio do sistema: mais do que o volume de financiamento à I&D, é importante assegurar que este é florescente e reprodutivo.

Assim, é importante apostar:

- **Num sistema de financiamento às unidades de I&D que incida:** no financiamento aos projectos, no reconhecimento do mérito, na transferência de conhecimento, na criação de massa crítica e no incentivo ao regresso dos "cérebros";
- **Na qualificação dos recursos humanos.** Portugal

precisa de aumentar de 22000 para 75000 o número de profissionais nas áreas da C&T;

- **Na criação de um ambiente competitivo** e no reconhecimento do mérito;

- **Na constituição de massa crítica** através da fusão e da cooperação entre equipas de investigação e construção de grandes plataformas tecnológicas, em detrimento da actual miniaturização e dispersão (em Portugal existem mais de 430 unidades de I&D);

- Numa **nova relação entre Empresas-Academia-Mercados financeiros** e no desenvolvimento de fontes alternativas de financiamento como o capital semente, o capital de risco e os *business angels*;

- Na **profissionalização da gestão de I&D**;

- Na interdisciplinaridade das equipas de I&D, na mobilidade e na **participação em redes**;

- Na **criação de empresas de base tecnológica** (spin-offs, start-up's);

- **No reforço da investigação fundamental**, lutando pelo estabelecimento de um Fundo Europeu destinado a este tipo de investigação, sob pena desta ser penalizada por não estar orientada para a competitividade (toda a investigação aplicada começou por ser fundamental, é esta que abre as grandes avenidas do conhecimento);

- Na **modernização das infraestruturas** (o último re-equipamento foi realizado há 10 anos);

- Nos projectos de **Investigação em Consórcio** (empresas-unidades de I&D), na realização de Mestrados e Doutoramentos em ambiente empresarial e na Inserção de Mestres e Doutores na empresas;

- Nos projectos de **divulgação da cultura científica**, em especial, nas áreas da Matemática e da Física, do Desenvolvimento Sustentável e das Ciências da Vida, pautados pela objectividade, pela racionalidade, pelo espírito e rigor científico, pela valorização da vertente quantitativa e da tradução conceptual dos fenómenos, e não pela infantilização da ciência.

C. Uma nova carteira de actividades

Vivemos um tempo em que os desenvolvimentos da economia se caracterizam pela crescente internacionalização, pelo rápido progresso tecnológico, pelo surgimento de novos mercados, pelas transacções cada vez mais rápidas e pela intensa concorrência.

No quadro da globalização, as decisões relativas à localização e à criação de empresas decorrem mais da proximidade de centros empresariais e de investigação dinâmicos do que da existência de matérias-primas *in situ*.

É fundamental perseguir a **endogeneização da nossa Economia**, baseada no conhecimento, na investigação e inovação e na utilização racional dos recursos naturais, impulsionada pela produtividade e por um novo *portfolio* de

actividades, designadamente, as novas tecnologias ambientais, a biotecnologia e as nanotecnologias, as tecnologias de informação e comunicação, a agricultura biológica e a floresta, o turismo e o lazer.

Por exemplo, no sector da **Biotecnologia**, Portugal tem hoje mais de 1.000 doutorados e um conjunto de unidades de investigação prestigiadas internacionalmente, ainda que com excessiva pulverização para um país da nossa dimensão.

Florescem oportunidades que importa não deixar fugir, na **Biotecnologia da Saúde** – com a farmacogenómica, os testes genéticos e a investigação sobre células estaminais, na **Biotecnologia agrícola e alimentar** – que potencia a melhoria da qualidade dos alimentos, a redução do seu custo, uma maior resistência às doenças e pragas e ao transporte, e na **Biotecnologia industrial e ambiental** – com aplicações no tratamento de águas residuais, na eliminação de nitratos na água, na luta contra as marés negras, no desenvolvimento de novos combustíveis e novos materiais com menor impacto ambiental.

Para uma economia aberta como a portuguesa prosseguir o objectivo de crescimento sustentado requer uma **profunda transformação na carteira de actividades mais expostas à concorrência internacional em direcção a actividades com maior valor acrescentado e com maior dinâmica de crescimento no comércio internacional**.

Portugal, para aumentar o emprego e a produtividade nas indústrias mais mergulhadas na competição internacional, terá de ascender na cadeia de valor das indústrias tradicionais e **diversificar cada vez mais pronunciadamente as actividades industriais para segmentos e sectores que à partida permitam obter produtividades superiores à média actual**.

Criaremos uma nova dinâmica de emprego diversificada e susceptível de condução para níveis mais elevados de qualificação **ao reforçarmos o peso dos serviços transaccionáveis e susceptíveis de concorrer no mercado internacional**.

Prosseguiremos a criação ou consolidação de massa crítica em domínios económicos, sociais e territoriais emergentes, utilizaremos as tecnologias de informação para organizar em rede a oferta de bens e serviços, assegurando às empresas uma maior presença nos mercados internacionais e aproveitaremos ao máximo os potenciais de crescimento existentes.

Mas, para além da importância de uma nova carteira de actividades, estamos conscientes que **da evolução da produtividade depende a capacidade de geração de riqueza adicional e de transformação dos países em economias mais competitivas**.

Combateremos as principais determinantes da baixa produtividade:

- Reduzido nível de habilitações;

- Estrutura produtiva onde predominam ainda sectores de forte intensidade de mão-de-obra e de baixos salários.

Portugal vai inserir-se numa trajectória de melhores remunerações, sem pôr em causa, a prazo, o nível de emprego, através da concretização de aumentos mais fortes de produtividade.

O novo desafio de crescimento, assente em actividades de futuro, implicará a criação de sistemas modernizados de emprego, não baseados em baixos salários (mais vocacionados para as novas tecnologias) e mais flexíveis.

3. PORTUGAL MAIS ECOLÓGICO

A. Queremos vencer na Sociedade do Desenvolvimento Sustentável

O esforço e, diga-se em abono da verdade, a liderança europeia em torno do desenvolvimento sustentável (de modo a equilibrar as suas três dimensões: ambiental, económica e social), tem assentado no estabelecimento de metas e calendários, na contínua actualização da legislação – cada vez mais ambiciosa, nomeadamente, no domínio ambiental – e na definição de indicadores que servem de base à avaliação do desempenho dos Estados.

Tem-se assistido, principalmente na UE, a um **processo de “greening” da economia**, que procura romper com a dependência do bem-estar social e do crescimento económico da utilização intensiva e excessiva de recursos.

No âmbito deste processo de “greening” da economia, no qual Portugal participa activamente, a questão central não é a do cumprimento ou incumprimento das referidas metas, dos instrumentos e da legislação mas a de saber *como e a que custo* queremos atingir esses objectivos.

O desafio português é também o de vencer o principal desígnio que atravessa as sociedades contemporâneas: assegurar um Desenvolvimento Sustentável.

A resposta a este desafio depende de um forte impulso na educação e formação, na sociedade da informação, na Investigação Científica e no Desenvolvimento e Inovação e na aplicação das melhores tecnologias.

O desenvolvimento sustentável gera oportunidades transversais - melhor ambiente, novos negócios e produção de riqueza, mais postos de trabalho e bem-estar social.

A promoção do ambiente e do bem-estar social são, nesta equação do desenvolvimento sustentável, um fim em si mesmo, mas também um meio, para fomentar o crescimento económico.

Todos os países que apostaram em produzir de modo *limpo e inteligente* impulsionaram simultaneamente o crescimento das suas economias.

Apesar da enorme evolução que realizámos durante os últimos 30 anos, a verdade é que Portugal está ainda afectado por problemas estruturais que

rapidamente importa resolver:

- Não concluímos ainda o processo de infraestruturação do abastecimento de água e do saneamento básico;

- Somos o Estado da UE com maior afastamento face às metas de redução das **emissões de precursores de ozono** – que atentam contra a saúde humana;

- Somos um dos Estados da UE com **maior derrapagem** face às metas nacionais, previstas no Protocolo de Quioto, relativas às **emissões de gases com efeito de estufa**;

- Somos, logo a seguir ao Luxemburgo, o Estado da UE com **maior dependência energética do exterior** (mais de 90%), **em especial do petróleo**;

- Temos uma elevada **intensidade energética**;

B. A eco-eficiência enquanto oportunidade

As políticas de ambiente, energia e transportes são factores críticos do nosso desenvolvimento.

Estamos empenhados em que Portugal conclua eficazmente, beneficiando dos apoios comunitários, o ciclo da primeira geração das infraestruturas ambientais nos domínios do abastecimento de água, de saneamento básico e de tratamento de resíduos.

Sabemos que, nos próximos anos, são importantes, para uma efectiva convergência real, a conclusão destas redes e que aí se vai concentrar muito do investimento público na área do ambiente, suportado por fundos estruturais.

Mas sabemos também que a construção dos equipamentos não é sinónimo de sustentabilidade dos sistemas e o grande desafio neste domínio passa por soluções de efectiva qualidade técnica e ambiental, suportadas por tarifas compatíveis com o nível médio de rendimentos da população.

Mas não queremos que Portugal fique para trás na nova geração de desafios ambientais.

As externalidades ambientais representam um custo que está a ser progressivamente internalizado nos processos e nos produtos.

A internalização dos custos ambientais na economia é o factor mais relevante para a dissociação urgente do crescimento económico e do bem-estar social face à utilização intensiva de recursos.

Esta aposta na eco-eficiência ajuda as empresas a baixar os custos, através de uma melhor eficácia energética e de utilização dos recursos, e **cria novos mercados de ponta**.

Espera-se que em 2010, a nível mundial, o volume de negócios na área do ambiente atinja os 750 mil milhões de euros e sejam criados, apenas no sector das energias renováveis, mais de 1 milhão de postos de trabalho.

Só em Portugal estão disponíveis mais de 6 mil milhões de

euros de investimento aprovado nas energias renováveis até 2010.

C - Promover uma Gestão Integrada dos nossos recursos Hídricos

Conscientes da relevância da água como o bem mais importante para a vida humana e, conseqüentemente, da necessidade de assegurar o seu fornecimento em qualidade, quantidade e a um preço socialmente aceitável, pretendemos dar continuidade ao processo de infra-estrutural que permitirá cumprir os objectivos definidos no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais de atingir níveis de atendimento da população de 95% em água ao domicílio e de 90% em drenagem e tratamento de águas residuais.

O PSD está, neste contexto, determinado em defender uma gestão integrada dos nossos recursos hídricos que:

- Imponha um elevado nível de protecção daqueles recursos;
- Reconheça a escassez destes recursos e a necessidade de garantir a sua utilização economicamente eficiente, com a amortização dos custos dos serviços hídricos, designadamente os ambientais e tendo por base os princípios do utilizador-pagador e do poluidor-pagador;

Assuma a região hidrográfica como unidade básica de planeamento e de gestão, no quadro da gestão integrada dos recursos hídricos e dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados a zonas húmidas deles directamente dependentes.

D - Vencer na Economia do Carbono.

A recente ratificação, pela Rússia, do Protocolo de Quioto, viabilizou a sua entrada em vigor.

Com o Protocolo de Quioto nasceu a Economia do Carbono.

Os custos das externalidades do Aquecimento Global (destruição do litoral, afundamento de algumas ilhas, diminuição dos stocks alimentares, 150 milhões de deslocados, proliferação de doenças raras, perda de biodiversidade, surgimento de fenómenos climáticos extremos como furacões, tempestades, inundações e tomados) passarão a ser internalizados na nossa economia.

A tonelada de carbono terá uma cotação no mercado e as emissões de dióxido de carbono representarão um custo a repercutir nos preços de todos os produtos e actividades.

No quadro do protocolo de Quioto sabemos quanto cumprir, com que instrumentos cumprir e quanto custa não cumprir.

Quem for capaz de produzir o mesmo, fazendo uso de tecnologias mais limpas, vencerá.

O Aquecimento Global é um dos mais graves problemas ambientais do nosso tempo, sendo que reconhecemos que Portugal tem vindo a derrapar relativamente às metas nacionais de emissões de gases com efeito de estufa previstas no

Protocolo de Quioto, para 2010. Assumimos, assim, como prioritário o desenvolvimento de acções e de medidas custo-eficiente de redução das nossas emissões de gases.

No quadro destas medidas custo-eficiente, que defendemos, estão:

- A promoção das energias renováveis e do gás natural;
- A aposta na agricultura biológica e na eficiência energética na indústria e nos edifícios;
- A introdução de medidas facilitadoras do uso do transporte, de carga e de passageiros, por via marítima e ferroviária;
- O alargamento da rede de transportes públicos;
- A introdução de novos combustíveis e de novos motores;
- A tributação do carbono;
- A participação no sistema europeu de comércio de emissões, que abrange as nossas maiores instalações industriais e energéticas;
- A participação nos mecanismos flexíveis de Quioto.

E - Promover as energias renováveis e a eficiência energética

O preço do barril de petróleo tem vindo a atingir máximos históricos, relançando o debate sobre as conseqüências da nossa dependência energética. Principalmente, porque algumas das razões que estão na origem deste aumento indiciam um carácter cada vez mais estrutural do mesmo – o aumento significativo da procura à escala global, citado entre outros, pela China e pela retoma económica, reduzidos investimentos no processo de exploração e produção e elevada instabilidade política em alguns dos países produtores.

Portugal é mais afectado, do que a média do que os restantes países europeus, dada a nossa elevada dependência do exterior (93%), em particular do petróleo (64%), a nossa elevada intensidade energética no PIB (a maior da UE) e a nossa elevada intensidade dos transportes no PIB.

O peso das nossas importações do petróleo, face ao PIB, é três vezes mais elevado do que a média dos restantes países da UE. Se a estes dados associarmos o custo das emissões de gases com efeito de estufa (agora que a tonelada de carbono tem uma cotação no mercado e o seu valor será, através do Protocolo de Quioto, internalizado na economia) e o aumento do consumo da electricidade a um ritmo superior ao PIB, chegaremos facilmente à conclusão que o nosso mix energético é um forte obstáculo à nossa sustentabilidade financeira como ambiental.

Portugal está ainda longe de atingir as metas, previstas para 2010, de 22% de energia primária obtida a partir de fontes renováveis e 39% da electricidade gerada a partir de fontes renováveis.

O PPD/PSD defende uma estratégia para o sector da energia que promova:

- A **redução da dependência** de recursos de origem fóssil;
- O aumento da **segurança de abastecimento**;
- A **redução das emissões** de gases com efeito de estufa.

Nesse sentido, consideramos essencial:

- Aumentar a **penetração do gás natural** em utilizações em que é substituto do petróleo;
- Fomentar a **utilização racional de energia** na indústria e nos edifícios;
- Aumentar consideravelmente a utilização de **energias renováveis**.

Para que estas linhas de orientação contribuam para a **endogeneização da nossa política energética** é importante estimular:

- A produção de energia eléctrica utilizando fontes de energia renováveis, nomeadamente, eólica, solar fotovoltaico, hídrica, biomassa, biogás, ondas, co-geração com biomassa, geotermia;
- A produção de biocombustíveis;
- A utilização de transportes públicos de passageiros, desincentivando a utilização do veículo privado, e o desenvolvimento e utilização de combustíveis alternativos;
- A I&D nos domínios da economia do hidrogénio e das células de combustível;
- O desenvolvimento da micro e mini-geração descentralizada.

F- Ordenar e proteger o nosso Litoral.

O nosso Litoral está sujeito a grandes pressões.

76% da população portuguesa vive na orla costeira, partilhando este espaço com alguns dos ecossistemas mais relevantes e mais frágeis.

Mas à degradação do litoral por razões demográficas é necessário adicionar as crescentes pressões decorrentes da mudança climática originada pelo aumento das emissões de gases com efeito de estufa.

Estudos recentes alertam para uma elevada probabilidade de, nos próximos 80 anos, o nível médio do mar subir mais de 90 cm e 2/3 do litoral português ser alvo de fortíssima erosão.

Agora que o processo de elaboração e aprovação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) está praticamente concluído, defendemos.

- A **reformulação institucional do litoral**, contrariando a dispersão de competências e promovendo a gestão integrada das zonas costeiras;
- A **concretização de medidas de requalificação e valorização** previstas nos POOC;
- A definição de um **novo quadro jurídico do litoral**, através da elaboração de uma Estratégia Nacional de Gestão

Integrada das Zonas Costeiras;

- A elaboração de uma Lei de Bases do Litoral e de uma Carta de sensibilidades da costa portuguesa.

Por último, o nosso riquíssimo património natural não pode ser visto como um obstáculo ao desenvolvimento.

Temos que proteger e preservar a biodiversidade, promovendo simultaneamente o seu usufruto por parte das populações. Para tal, estamos empenhados em implementar um novo modelo de gestão da conservação da natureza, que permita assegurar o cumprimento do objectivo definido para 2010 de inverter a perda da biodiversidade e que confira visibilidade e reconhecimento ao nosso património natural, em especial às zonas designadas como Rede Natura 2000.

4. PORTUGAL MAIS COMPETITIVO

A. Ambicionamos um Estado com menos peso na Economia, na Sociedade e na Administração

Quando assumimos de novo a tarefa de governar em 2002, Portugal encontrava-se na indesejável situação de ser o primeiro Estado da UE sujeito, pela Comissão Europeia, ao procedimento por défice excessivo.

Passados 2 anos, em 2004, fruto da entrega e perseverança com que perseguimos esse objectivo, Portugal foi o primeiro Estado a ver esse procedimento levantado.

Prometemos e cumprimos.

Ontem como hoje, considerámos a consolidação orçamental como um meio imprescindível para a obtenção daqueles que são os verdadeiros objectivos: a justiça social, a criação de emprego, a qualidade de vida e o crescimento económico.

A nossa motivação é de, **no espaço de uma década, aproximar Portugal do nível médio de desenvolvimento da UE.**

Temos perfeita noção dos sacrifícios que os portugueses tiveram de realizar para que o objectivo de consolidação orçamental se pudesse realizar num quadro muito desfavorável na economia mundial.

Factor também essencial para a redução da despesa pública e aumento da competitividade das empresas e da proximidade do Estado relativamente aos cidadãos é o da **reforma da Administração Pública.**

O PPD/PSD iniciou de forma determinada este processo, não abdicando de uma Administração Pública fundada:

- Na ética e no aprofundamento dos valores de serviço público;
- No mérito e no incentivo ao desempenho individual;
- Na responsabilidade e na responsabilização;

- Na gestão por objectivos e na avaliação do seu cumprimento;
- Na descentralização e na desconcentração;
- Na qualificação e no recurso a novas tecnologias..

Ao Estado devem, cada vez mais, ser reservadas as funções essenciais de serviço público como é o caso daquelas que envolvem o exercício do poder de autoridade e as funções de regulação, auditoria e fiscalização.

É pena que muitos confundam este recetrnar do papel do Estado, com uma opção de Estado mínimo-neoliberal.

Um Estado menos interventivo e menos burocrático, mas com instrumentos de regulação e de fiscalização fortes, tem maior capacidade de se focar no essencial, promovendo a justiça social, a igualdade de oportunidades e os direitos liberdades e garantias dos cidadãos.

Antes de sermos dirigentes públicos, antes de sermos quadros técnicos, antes de sermos políticos, somos cidadãos.

Cidadãos que querem mais e melhores serviços, que querem um Estado mais eficiente, mais transparente, mais orientado para a sociedade a quem promete servir.

Se esta premissa estiver sempre presente, chegaremos decididamente mais longe neste processo de mudança.

5. PORTUGAL MAIS JUSTO E SOLIDÁRIO

Com base nos censos 2001, o número de pessoas recenseadas, portadoras de deficiência, cifra-se em 634.408 pessoas, representando 6,1% da população portuguesa.

Os números são suficientemente impressionantes: uma percentagem relevante da população portuguesa tem deficiência.

Sabemos que, não obstante a manifestação de intenções políticas, mais ou menos frequentes, tendentes à inclusão destes cidadãos, há que reconhecer sem evasivas que, em termos práticos, o que efectivamente foi feito nas últimas décadas foi muito pouco face às reais necessidades desta população.

Como exemplo, a legislação de 1997, que tornou obrigatória a adopção de normas técnicas básicas de eliminação de barreiras arquitectónicas em edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida, cujo prazo de implementação terminava em 2004, e não viu os seus objectivos cumpridos.

É um panorama que nos deve embaraçar. Somos todos responsáveis ao participarmos ou assistirmos inactivos à sistemática violação dos direitos de 6% da população.

Muitos dos deficientes portugueses estão impedidos do gozo dos seus direitos, por exemplo nas áreas do ensino, da cultura, da saúde, da habitação, do trabalho, do desporto.

Mas não é só na área do exercício dos direitos constitucionais que os deficientes são discriminados. Sabemos e conhecemos todos a quantidade de obstáculos à mobilidade e a privação no acesso aos serviços mais básicos e essenciais.

Esta situação é especialmente grave quando confrontada com a melhoria generalizada das condições de vida da restante população.

Portugal não pode continuar a ignorar os seus deficientes.

Portugal tem que fazer convergir os direitos de todos num prazo muito curto e para isso é necessário uma atitude e um esforço transversal de toda a sociedade, seguindo o exemplo de conduta que o Estado, neste caso, tem que assumir.

É urgente pôr em prática um conjunto de medidas que confirmem às pessoas com deficiência a mesma dignidade social e igualdade perante os demais cidadãos.

As linhas de actuação nesta área deverão assentar em três princípios fundamentais que devem estar subjacentes a toda e qualquer intervenção na área da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação da Deficiência:

- O princípio da Inclusão;
- O princípio da Capacidade;
- O princípio da Participação e da Integração do cidadão.

A recente transição do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração da Pessoa com Deficiência para a tutela da Presidência do Conselho de Ministros, revela a intenção do Governo em reforçar a coordenação, articulação e transversalidade da Política Nacional de Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação da Deficiência.

Agora o momento é de concretização. A construção de uma sociedade mais inclusiva deverá ter como principais objectivos:

- A promoção da igualdade de oportunidades, permitindo que a pessoa com deficiência disponha de condições equivalentes a uma plena participação na sociedade;
- A promoção de oportunidades na educação, formação e emprego ao longo da vida;
- A eliminação de barreiras e a adopção de medidas que visem a plena integração da pessoa com deficiência.

A Sustentabilidade Financeira do Sistema de Segurança Social

O Sistema de Segurança Social Português tem vindo a sofrer do efeito combinado de vários factores, cuja alteração e evolução, conduz a desequilíbrios financeiros que importa com realismo prever e acautelar, de forma a evitar as consequências resultantes da insustentabilidade financeira do Sistema.

A análise da actual situação evidencia um agravamento sistemático do saldo orçamental do Subsistema Previdencial, o que significa um crescimento da despesa de pensões de reforma bem mais acentuado do que o crescimento da receita de contribuições, principal fonte de financiamento do sistema.

Na verdade em apenas 8 anos, entre 1996 e 2003, a taxa de cobertura das despesas pelas receitas reduziu-se de 77% para 61%.

São múltiplas e comuns à generalidade dos Países da Europa as razões que explicam uma degradação tão acentuada no equilíbrio financeiro do Sistema, de entre as quais se destaca, como principal, o factor demográfico.

O envelhecimento da população portuguesa resulta do aumento da esperança de vida mas, também, da redução da taxa de natalidade, o que gera um duplo efeito: na receita (redução de contribuintes) e na despesa (aumento de beneficiários).

A alteração drástica da estrutura etária da população tem colocado em evidência a insuficiência e as fragilidades do sistema tradicional da segurança social.

Com esta perspectiva de evolução demográfica, cada vez mais um menor número de contribuintes financia um maior número de beneficiários.

Semelhante evidência demonstra a evolução do rácio entre a população contribuinte para o sistema de Segurança Social (população activa) e a população beneficiária (reformados e beneficiários de outros regimes), onde o peso da população pensionista relativamente ao total dos beneficiários evoluirá, nos próximos 45 anos, de 56% para 80%.

O Sistema da Segurança Social sofre hoje pressões acumuladas todas de sinal negativo:

- O envelhecimento da população;
- A redução do número de jovens trabalhadores;
- O aumento da esperança de vida dos reformados;
- O crescimento das pensões de reforma mínima;
- O crescimento do valor da reforma por aumento do número de anos de desconto.

Assim, atendendo a estes pressupostos, foi definido na legislação em vigor, um conjunto de novas orientações que procuraram, por um lado (i) responder à pressão sobre a sustentabilidade do sistema, cuja ruptura se deixa antever pela evolução desfavorável anteriormente exposta mas também, e por outro, (ii) melhorar a sua cobertura em termos de protecção social, nomeadamente:

- **A adequação selectiva das fontes de financiamento**, que consigna, de acordo com um princípio de maior justiça social e rigor, as fontes de receita às prestações a assegurar;
- **II. A capitalização pública de estabilização** que prolongará a cobertura financeira a partir do primeiro saldo deficitário;
- **III. A nova fórmula de cálculo de pensões de velhice e invalidez.**

A Concretização das medidas propostas na Lei de Bases n.º17/2002 permitiu apenas ganhar algum tempo até que se configurem novas soluções de resposta à insustentabilidade que permanece a prazo.

Embora a sua auto-sustentação se tenha, por esta via, prolongado por mais 3 décadas, há ainda um conjunto de outros factores, essencialmente demográficos, que se sobrepõem a longo prazo, apelando à criatividade de uma resposta à natureza estrutural do fenómeno do envelhecimento.

Com a nova Lei de Bases, aprovada pelo Governo liderado pelo Dr. Durão Barroso, foi dado um novo salto qualitativo no sentido de ultrapassar as perspectivas de agravamento anteriormente expostas, sob claro prejuízo das gerações futuras, através do maior equilíbrio entre a repartição e a capitalização dos benefícios futuros.

A inovação desta reforma está no conceito de terceiro pilar de sustentabilidade da protecção social, onde é agora articulada a provisão pública com a participação complementar, privada

ou social. Através de regimes complementares, que poderão também ser da iniciativa de empresas e associações, assim como de esquemas complementares que, embora facultativos, reforçarão a auto-protecção voluntária dos beneficiários, garantir-se-á uma maior equidade entre gerações e uma melhor resposta ao nível da eficácia social.

Contudo, para além do factor essencial que se prende com a questão demográfica, outros factores ameaçam, de forma desfavorável, os princípios que sustentam o modelo de previsão o equilíbrio económico, e consequente estabilidade financeira. As mudanças das formas de trabalho, a falência de empresas de mão-de-obra intensiva ou as fraudes, são disso exemplo.

Uma outra questão a atentar e que, a ocorrer, antecipará o momento de ruptura, é a utilização indevida dos excedentes da Segurança Social para outros fins que não os previstos na Lei.

Se é verdade que a consequência do desequilíbrio financeiro do sistema só ocorrerá a prazo, é igualmente verdade que a inevitável reforma do sistema só produzirá os seus efeitos num prazo ainda mais alargado e com o inerente risco associado à imponderabilidade, em natureza e extensão, dos múltiplos factores.

É fundamental, por esta razão, que as soluções e as decisões políticas sejam tomadas com urgência e com o envolvimento daqueles que são os principais prejudicados: os que hoje estão no activo contribuindo para um sistema que no futuro poderá não responder aos seus direitos sociais.

A reforma do actual Sistema de Segurança Social incorpora riscos políticos elevados porque implica mudanças difíceis que podem comprometer os resultados eleitorais de quem a realizar.

A prova desta atitude e concepção política é que, aliado ao discurso da “ruptura do sistema de segurança social” vem sempre junto o argumento de que o problema “não é só português, antes é uma questão europeia”.

A tentação política para adiar a Reforma é grande, mas não é o caminho que prosseguiremos.

Uma reforma estrutural desta natureza implica sentido de responsabilidade, lucidez política e planeamento na aplicação das soluções, de forma a evitar o recurso a soluções drásticas no futuro.

Por esta razão assumimos com coragem e determinação a concretização desta reforma, com moderação, cautela e progressividade, mobilizando e sensibilizando a sociedade civil e a opinião pública para a sua importância e inevitabilidade.

6. PORTUGAL MAIS EUROPEU, PORTUGAL MAIS ATLÂNTICO

Portugal tem, no plano internacional, um conjunto significativo de desafios.

Queremos Portugal no centro dos debates e das soluções relativas ao processo de integração europeia, depois do maior alargamento de sempre da UE, e como elemento importante na construção de uma nova ordem mundial capaz de enfrentar os novos fenómenos de conflitualidade e de terrorismo.

Estamos determinados, sem tibiezas ou concessões, no combate ao terrorismo. A barbárie e a desumanidade dos atentados não admitem hesitações. Estamos firmemente alinhados no combate pela defesa da liberdade, em torno do reforço do diálogo entre as Nações e do papel das Nações

Unidas.

O PPD/PSD tem, na sua História, dado provas inequívocas de empenho na construção europeia. Ontem, como hoje, defendemos um projecto europeu que consagre a igualdade entre Estados (recusando qualquer tipo de directório), a coesão económica e social e a abertura ao diálogo multilateral, em particular, na sua vertente atlântica.

O novo Tratado Constitucional, assinado em Roma, prevê o aprofundamento do projecto europeu, o reforço do método comunitário, a simplificação dos processos decisórios, a protecção do português no regime linguístico, a valorização do princípio da subsidiariedade, o aumento da participação dos parlamentos nacionais no processo legislativo comunitário e o aprofundamento do Espaço de Liberdade Segurança e Justiça. O PPP/PSD sublinha de forma especial a consagração do princípio da igualdade entre os Estados e o reforço da coesão económica e social.

O PSD vai, pois, empenhar-se na vitória do *Sim* no referendo sobre o texto constitucional da UE, assinado em Roma.

Agora que se encerra o debate sobre o modelo institucional, a nossa energia será direccionada:

- No plano nacional, para a potenciação das oportunidades decorrentes do alargamento e não para a mera inventariação dos seus riscos

- No plano das negociações em Bruxelas, para a adequação das Perspectivas Financeiras 2007-2013, aos objectivos de coesão económica e social entre Estados-membros e de competitividade da EU à escala internacional, em torno do Desenvolvimento Sustentável e da Sociedade do Conhecimento. Estes objectivos são conciliáveis.

É imprescindível que o sejam. Não podemos permitir que o objectivo de convergência da UE, com os padrões económicos de outras regiões do mundo, seja realizado à custa do alargamento do fosso dentro da própria UE.

Portugal deve ter um papel central neste debate. A prova de que a centralidade política e negocial é possível, mesmo para um país geograficamente periférico, foi a escolha, na qual temos tanto orgulho, do nosso companheiro José Manuel Durão Barroso para Presidente da Comissão Europeia. Esta escolha tem um valor inestimável. Estamos seguros de que Durão Barroso será um grande Presidente da Comissão Europeia e contribuirá para uma UE mais justa, mais coesa e mais competitiva.

A política regional constituirá, assim, um instrumento por excelência na concretização do novo modelo de crescimento. Os financiamentos estruturais da União Europeia continuarão a ser um apoio importante para o financiamento deste novo desafio.

Antevemos uma redução gradual do volume de recursos estruturais afectos a Portugal para o próximo período de programação - porque os principais Estados contribuintes para o orçamento comunitário estão a aproveitar o momento da negociação para reverem substancialmente o nível das suas contribuições líquidas para o orçamento da União, procurando desvincular-se dos princípios da solidariedade, da coesão económica e social e do objectivo de aprofundamento da

integração europeia.

Neste cenário terão de ser os recursos financeiros nacionais a compensar a eventual redução dos fundos estruturais no financiamento do investimento.

Relativamente a esta possível solução, não poderemos ignorar os constrangimentos decorrentes do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Face ao provável enfoque financeiro da Comunidade em áreas mais relacionadas com a Sociedade do Conhecimento, o novo modelo de crescimento reforçará a capacidade nacional de competir por fundos comunitários relativos às políticas internas da União (desde logo, a investigação, a inovação e o desenvolvimento).

O Quadro de Referência Estratégica Nacional, que irá, seguindo o espírito do novo modelo de crescimento, fomentar a competitividade regional, através da valorização das vantagens comparativas próprias, pelo reforço do binómio território/especialização, contribuirá decisivamente para a realização do potencial económico das regiões.

O crescimento económico sustentável de Portugal só será concretizado se, em simultâneo, forem progressivamente eliminadas as assimetrias e desigualdades entre os Portugueses.

As regiões com maiores carências serão objecto de maior empenho por parte do Governo no sentido de serem criadas e potenciadas as soluções que permitam àquelas regiões retomarem decisivamente o rumo do crescimento económico num quadro de coesão social.

Mas a nossa centralidade passa também por assumir os Oceanos numa perspectiva estratégica

O Oceano é, indubitavelmente, o mais importante *recurso natural* de Portugal.

É por ele, através das infra-estruturas portuárias, que nos chega a grande maioria das mercadorias e da energia que importamos.

O Mar é factor determinante da indústria turística nacional e dele vive, ainda hoje, uma das maiores comunidades de pescadores de toda a Europa.

Com base no conhecimento da sua rica biodiversidade, poderemos vir a desenvolver uma indústria de biotecnologia.

Mas o Oceano não é apenas um recurso natural, é também componente decisivo da geografia do país, elo que liga o Continente aos Arquipélagos dos Açores e da Madeira.

O Mar sob jurisdição nacional significa, ainda, uma relevante área geo-estratégica para a segurança europeia e atlântica.

Ele vive na nossa história, na literatura, na cultura e nas tradições.

É, verdadeiramente, a nossa *identidade*.

Não obstante, hoje em dia, em Portugal ainda não reconhecemos nem percebemos verdadeiramente o **Oceano** como um recurso natural, pelo que não tiramos dele

todo o partido.

Todavia, da análise dos recursos e dos sectores relativos ao Oceano, salta-nos à vista um amplo e surpreendente leque de desafios e oportunidades:

Oportunidades no desenvolvimento, entre outros:

- Dos transportes marítimos;
- Da pesca, da aquacultura e da indústria transformadora de pescado;
- Do desenvolvimento de portos nacionais;
- Da construção e reparação naval;
- Da qualificação do turismo e do desenvolvimento da náutica de recreio;
- Da tecnologia e das energias renováveis;
- Da cultura, da diplomacia e da defesa, do ambiente, da ciência e da própria governação do Oceano.

Oportunidades que devem ser aproveitadas.

Que não se limitam a um potencial conhecido, mas incluem as *oportunidades* de novos usos do futuro.

Importa saber reconhecer o verdadeiro potencial do Oceano, para compreender a importância da sua sustentabilidade, para investir nele e, através dele, projectar o futuro do País.

Importa compreender o Mar no seu exacto valor para Portugal e redescobri-lo como projecto de vida colectiva da Nação Portuguesa, como recurso natural, explorando-o e aproveitando-o de forma sustentável.

V I. ESTRATÉGIA POLITICA

Portugal iniciou em 2004 um longo ciclo de actos eleitorais.

Para esse conjunto foi já definida, no XXV Congresso, a estratégia de actuação do PPD/PSD.

Importa agora actualizar tal estratégia, quer por se terem realizado já as eleições europeias e regionais, mas também pela inclusão das eleições legislativas no horizonte temporal de validade da estratégia a definir neste Congresso.

Uma primeira palavra é devida para os actos eleitorais já ocorridos:

Ø Para sublinhar a qualidade da lista e das propostas que a Coligação submeteu às eleições europeias.

Ø Para realçar a notável vitória alcançada pelo PPD/PSD – Madeira, reflexo do extraordinário trabalho desenvolvido ao longo dos últimos 30 anos, que permitiu transformar uma das regiões mais atrasadas do País numa região com níveis de desenvolvimento superiores ao da maior parte do território continental.

Ø É devida aqui uma palavra singular para destacar a liderança indiscutível, a carreira sem paralelo, a disponibilidade permanente do nosso companheiro Alberto João Jardim.

Ø Finalmente, para deixar uma palavra aos nossos companheiros do PPD/PSD – Açores que são merecedores da nossa gratidão. Em particular, o seu líder, Vítor Cruz, exemplar no combate, na postura política como na postura humana, que liderou a «Coligação Açores» de uma forma que honra a história do PPD/PSD na capacidade de inovar, na modernidade das propostas, na apresentação de um projecto coerente para o desenvolvimento daquela Região.

Respeitamos, como sempre, os resultados verificados, mas não desistiremos nunca de lutar para que também os Açores possam conhecer um tempo de outro desenvolvimento e efectiva modernidade.

Os próximos actos eleitorais

Importa agora concentrarmo-nos nas eleições que se aproximam: autárquicas, presidenciais e legislativas.

Comecemos por sublinhar que embora cada um destes actos eleitorais tenha um significado e importância próprios, não podem ser vistos como compartimentos estanques, porque existe entre eles uma estreita relação política e uma lógica estratégica sequencial.

Todas as eleições, autárquicas, presidenciais e legislativas são importantes para a estabilidade de que o País necessita para se modernizar e desenvolver.

Mas, para além das eleições acima referidas, os portugueses serão ainda chamados a pronunciar-se sobre o que pensam da Europa e do novo Tratado que institui a Constituição Europeia.

Os desafios deste ciclo determinante de actos eleitorais só poderão ser encarados e ultrapassados com sucesso por um PPD/PSD mobilizado, convicto e capaz de estar atento à sociedade civil. E, quando falamos de partido, pensamos também no importante papel que deve caber às suas diversas organizações. À JSD, à sua irreverência, dinamismo e generosidade; aos ASD e à sua profunda identificação com as populações locais; aos TSD e à ligação privilegiada com os trabalhadores e o mundo laboral; ao PSD/A e ao PSD/M e ao papel fundamental que lhes cabe na defesa dos interesses das populações insulares.

O Referendo Europeu

Até Abril de 2005 seremos chamados a pronunciar-nos sobre a nova fase de integração europeia, decorrente da aprovação e assinatura, em Roma, no passado dia 29 de Outubro, do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa.

O Primeiro-Ministro e Presidente do PPD/PSD assumiu já, quer em termos nacionais, quer junto dos seus colegas europeus, o compromisso de os Portugueses se pronunciarem directamente sobre esta matéria, cabendo a todos nós a tarefa de participar na discussão e no esclarecimento dos assuntos relativos a mais este novo passo na União Europeia.

Somos europeístas convictos e o referendo europeu, pese embora as manobras de outros partidos para inviabilizar a audição dos portugueses, será realizado e traduzir-se-á, estamos certos, numa grande vitória para as posições que o PPD/PSD sempre defendeu.

A vitória do sim nessa mesma consulta popular será também uma vitória da nossa História e da nossa coerência e servirá de incentivo para as difíceis negociações que o Governo de Portugal terá de enfrentar quando discutir as perspectivas financeiras para 2007/2013, no âmbito de uma Europa com 25 membros.

As eleições autárquicas

O PPD/PSD afirmou-se desde 1974 como uma força política com forte implantação a nível local, resultado da identificação entre o Partido e os Portugueses de todos os escalões etários, de todos os níveis económicos ou sociais, de todas as regiões do País.

É bom lembrar, 30 anos depois, que o PPD/PSD nasceu de um processo genuinamente português, não por um movimento enquadrado em lógicas internacionais.

É um traço fundador do PPD/PSD, que se mantém e que lhe tem permitido ao longo dos anos interpretar os sentimentos e anseios dos portugueses, adaptando e renovando as suas propostas e os seus protagonistas.

Também por isso o PPD/PSD esteve sempre na linha da frente do combate pelo reforço das competências das autarquias e pela dignificação do papel dos Autarcas como primeiros responsáveis pela resolução de problemas concretos dos cidadãos e das instituições.

Foi por tudo isto que o PPD/PSD conseguiu nas eleições autárquicas de 2001 o melhor resultado já obtido por um partido político em democracia, ao assumir a responsabilidade pela condução de 161 Câmaras Municipais.

E é por isso, pela relevância que atribuímos ao papel do poder local, que as próximas eleições autárquicas assumem para nós um significado político decisivo, exigindo às diferentes estruturas do Partido, a nível concelhio, distrital e nacional, um empenhamento total.

Os objectivos do PPD/PSD mantêm-se por isso muito claros:

- Manter o estatuto de força política liderante no plano das Autarquias, na Associação Nacional de Municípios e na Associação Nacional de Freguesias;

- Manter a posição ao nível das principais cidades do País.

Mas para que esses objectivos sejam possíveis é necessário que se verifiquem os seguintes pressupostos: a apresentação de projectos coerentes e consistentes, a constituição de equipas competentes, a afirmação de liderança reconhecidas em cada comunidade.

Só isso conferirá verdadeiro sentido às vitórias que esperamos alcançar: a continuação e a articulação, a nível local, do projecto de desenvolvimento que estamos a conduzir no Governo de Portugal; a continuação da revolução tranquila que temos vindo a realizar no processo de descentralização, na progressiva transferência de competências e responsabilidades para as autarquias, que lhes permitam efectiva participação no seu destino colectivo.

No PPD/PSD somos exigentes. Nenhum outro resultado nos deixará satisfeitos. Sabemos que se trata de objectivos difíceis,

mas, apoiados no trabalho dos nossos Autarcas, a quem mais uma vez prestamos público testemunho e de reconhecimento, vamos alcançá-los.

Às estruturas locais cabe a primeira opção sobre as candidaturas a apresentar. Uma opção que deve fundar-se na escolha de soluções que correspondam à vontade das populações.

Uma opção que deve, por regra, empenhar-se em garantir a continuidade dos projectos em curso e das lideranças já afirmadas, e contar, sempre que o entendam, com a participação da outra força política que integra a Coligação do Governo do País, ou ainda com cidadãos independentes.

Aos órgãos nacionais cabe a opção final, mas compete sobretudo definir a estratégia global de acção do Partido.

A todos os militantes cabe a responsabilidade de participarem neste combate e sobretudo de estarem disponíveis para o protagonizar sempre que forem chamados. A Democracia cumpre-se todos os dias no esforço de cada um, e a militância demonstra-se em todos os combates, também na disponibilidade de cada um.

Eleições presidenciais

Começamos nesta matéria por reafirmar sem hesitação a estratégia definida no XXV Congresso e que se mantém plenamente actual.

“Apesar da sua grande expressão na sociedade portuguesa, o PSD, por um conjunto variado de circunstâncias, viu-se sempre confrontado com o facto de o titular do cargo de Presidente da República se situar no espaço ideológico da esquerda. Ora, existem hoje fundadas razões para crer que esta situação pode ser alterada e que das eleições presidenciais de 2006 pode finalmente resultar um Chefe de Estado que, representando todos os Portugueses, se identifique com os nossos valores e princípios.

A Constituição portuguesa estabelece um sistema de governo de tipo semi-presidencial, em cujo contexto a plenitude do poder executivo pertence ao Governo, mas em que o Presidente da República goza de um amplo acervo de poderes, orientados essencialmente para a garantia do regular funcionamento do sistema democrático e para a arbitragem do relacionamento entre os diferentes órgãos do poder político.

A constatação dessa realidade em nada afecta o reconhecimento do relevo da função presidencial e a convicção de que a eleição de um Presidente da República identificado com o espaço em que nos situamos poderia ser extremamente importante para a democracia portuguesa e para as tarefas nacionais neste início do século XXI. De factos, os tempos que se aproximam são delicados, os desafios que a comunidade nacional enfrenta são exigentes e o Presidente da República poderá desempenhar um papel decisivo na valorização dos nossos recursos colectivos e na exaltação da capacidade dos Portugueses.

Daí a importância de o cargo ser exercido por alguém capaz de fazer uma interpretação exacta do estatuto - escrito e não escrito - do Presidente da República. Alguém que não se exima a exercer os poderes que lhe cabem, mas que também não faça uma interpretação ampliadora das suas competências.

Alguém que acredite na solidariedade e na cooperação e não na demarcação e no conflito. Alguém que, para ale, de não ser elemento de conflito institucional ou um mero contra-poder, esteja disposto a contribuir, pela sua própria iniciativa, para a mobilização das energias nacionais.

Não esquecemos, contudo, que as eleições presidenciais apresentam características únicas, que as diferenciam de qualquer outro acto desta natureza, porquanto a apresentação de candidaturas não compete aos partidos políticos, antes revestindo uma natureza essencialmente pessoal. Mas, se não temos delas uma perspectiva partidocrática, isso não significa que consideremos que os partidos se devam delas alhear. Bem pelo contrário. Se reconhecermos a dimensão eminentemente política da função presidencial, temos de estar resolutamente envolvidos nesse processo e dispostos a colaborar, de modo decisivo, na eleição de um Presidente da República com o qual possamos identificar-nos. Nesta linha, a orientação que o PSD deve seguir em matéria de eleições presidenciais é muito clara: não cabe ao Partido determinar a disponibilidade de eventuais candidatos; não é tarefa do Congresso definir uma candidatura presidencial.

Mas, se não depende do Partido a fixação das condições precisas de apresentação de candidaturas, já é sua obrigação indeclinável estabelecer o seu próprio calendário de acção nesta matéria, tendo nomeadamente em conta a avaliação da situação e das prioridades políticas”

Esta foi a estratégia definida no XXV Congresso. Agora é chegado o momento de, conforme então definimos, indicar o calendário no qual o PPD/PSD se deverá pronunciar sobre as candidaturas às próximas eleições presidenciais.

No último trimestre de 2005, realizar-se-ão eleições autárquicas. A decisão do PPD/PSD em matéria de candidaturas às eleições presidenciais após esse momento significaria necessariamente um condicionamento da eleição presidencial à leitura política dos resultados autárquicos, prejudicando aquela que é a devida interpretação quanto ao exercício supra-partidário da mais Alta Magistratura da Nação.

Também o exíguo calendário disponível após as eleições autárquicas desaconselha que se reserve para esse momento as candidaturas a Presidente da República, que ficariam assim prejudicadas no debate sereno, profundo e participado que tal eleição exige.

O mesmo aconteceria com a definição da posição do PPD/PSD nesta matéria a partir do final da sessão legislativa, no momento em que o debate político estará já concentrado na discussão das propostas e candidaturas às eleições autárquicas.

O resultado seria, novamente, a sobreposição e o relacionamento de reflexões que, cada uma por si, devem merecer um espaço e um tempo próprios que permitam aos Portugueses escolher de forma realmente livre e reflectida as propostas e os candidatos para o exercício de funções tão diferenciadas.

Entendemos, assim, que o PPD/PSD deve definir a sua posição de identificação e apoio a uma candidatura presidencial até ao final do primeiro semestre de 2005.

Eleições Legislativas

O PPD/PSD encontra-se empenhado num combate de grande alcance que tem por objectivos mudar Portugal. Foi um projecto que iniciamos em 2002 em coligação com o CDS/PP. Uma coligação que não constitui uma solução para o exercício do poder, antes constitui um projecto que pretende a transformação do País no sentido da modernidade e da competitividade.

O projecto político que lideramos é de médio prazo, não se esgotando no prazo de uma legislatura. Muitas das reformas em curso têm o horizonte temporal de concretização que ultrapassa 2006, sendo efectivamente necessário um período mais alargado para levar a cabo políticas que, em muitos casos, significam uma alteração radical de relação entre o Estado e a sociedade.

Para validar a continuação deste projecto e, uma vez que o programa de Governo se esgota no final da legislatura, torna-se indispensável que o PPD/PSD inicie desde já a reflexão sobre as políticas e as propostas que apresentaremos aos portugueses para a próxima legislatura.

Esta é a primeira prioridade, a prioridade imediata do PPD/PSD, na preparação das eleições legislativas previstas para 2006.

E será a partir desse programa que deveremos criar as condições para uma plataforma alargada e inovadora que garanta a continuação do projecto de desenvolvimento e modernização em que estamos empenhados. Para essa plataforma de modernidade devem ser convidados cidadãos, movimentos independentes e outras forças políticas que queiram enriquecer o projecto de construção dos padrões de progresso e justiça social que tornem Portugal, em 2010, num dos Países mais desenvolvidos da União Europeia.

VII. CONCLUSÕES

Os benefícios do novo desafio promovem uma Sociedade mais Coesa e mais Solidária, porque irá contribuir para:

melhorar as condições de vida dos cidadãos;

aumentar a competitividade da economia;

criar mais oferta de emprego.

A coesão económica e social é um objectivo estrutural do nosso processo de desenvolvimento, o qual visa, sobretudo, assegurar o crescimento do emprego e a valorização dos recursos humanos.

Nos últimos dois anos procedeu-se a uma alteração na condução da Acção Social do Estado, no sentido de assegurar uma maior eficiência na afectação de recursos, garantindo um maior apoio social aos cidadãos que efectivamente precisam.

O nosso empenho está em reforçar os meios de desenvolvimento de uma formação de elevado capital humano de mais elevada iniciativa, participação e responsabilidade individual.

Teremos como principais objectivos:

- Garantir que nenhum português sofre de carências indignas de uma sociedade humanista e solidária;
- Promover uma sociedade de igualdade de oportunidades e de estímulo ao mérito em todos os domínios fundamentais da vida;
- Desenvolver alterações nos sistemas de fornecimento de prestações sociais de serviço público por forma a garantir que a igualdade de oportunidades sejam subordinados aos princípios da subsidiariedade e das discriminações positivas.

Acreditamos que todos os portugueses devem poder aceder aos recursos, aos direitos e aos serviços, com destaque para a habitação e serviços conexos, aos cuidados de saúde, educação, justiça e demais serviços públicos e privados como cultura, desporto e tempos livres.

As questões de saúde pública, ambientais e relativas ao estabelecimento progressivo de um Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça são imprescindíveis no desenvolvimento da “fórmula” do modelo de crescimento que queremos concretizar.

A política regional constituirá um instrumento por excelência na realização do novo desafio de crescimento.

Os financiamentos estruturais da União Europeia continuarão a ser um apoio importante para o financiamento deste novo desafio.

Todavia, antecipa-se uma redução do volume de recursos estruturais afectos a Portugal para o próximo período de programação.

Os principais Estados contribuintes para o orçamento comunitário estão a aproveitar o momento da negociação para reverem substancialmente o nível das suas contribuições líquidas para o orçamento da União, procurando desvincular-se dos princípios da solidariedade, da coesão económica e social e do objectivo de aprofundamento da integração europeia.

Neste cenário terão de ser os recursos financeiros nacionais a compensar a eventual redução dos fundos estruturais no financiamento do investimento.

Relativamente a esta possível solução, não poderemos ignorar os constrangimentos decorrentes do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Face ao provável enfoque financeiro da Comunidade em áreas mais relacionadas com a Sociedade do Conhecimento, o novo desafio de crescimento reforçará a capacidade nacional de competir por fundos comunitários relativos às políticas internas da União, desde logo investigação, inovação e desenvolvimento.

O Quadro de Referência Estratégico Nacional, que irá, seguindo o espírito do novo desafio de crescimento, fomentar a competitividade regional, através da valorização das vantagens comparativas próprias através do reforço do binómio território/especialização, contribuirá decisivamente para a realização do potencial económico das regiões.

O crescimento económico sustentável de Portugal só será concretizado se, em simultâneo, forem progressivamente eliminadas as assimetrias e desigualdades entre os Portugueses e impulsionados padrões de eco-eficiência que determinem uma utilização racional dos recursos.

As regiões com maiores carências serão objecto de maior empenho por parte do Governo no sentido de serem criadas e potenciadas as soluções que permitam aquelas regiões retomarem decisivamente o rumo do crescimento económico num quadro de coesão social.

O nosso objectivo é o de promover a solidariedade entre regiões e entre gerações tendo por base o modelo de desenvolvimento sustentável, alavancado por uma nova geração de políticas que equilibrem o crescimento económico, o bem-estar social e a preservação ambiental.